



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

*O Presidente*

**INTERVENÇÃO DE EDUARDO FERRO RODRIGUES,  
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA  
43º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL**

Há quarenta e três anos nascia em Portugal uma promessa de liberdade.

Quarenta e três anos depois, podemos dizer com orgulho que da promessa de liberdade fizemos uma democracia europeia e aberta ao mundo.

Quarenta e três anos depois, honremos a memória, reafirmemos a democracia e enfrentemos os desafios que temos pela frente.

Honremos a memória, começando pelo princípio de tudo: pelas nossas Forças Armadas, pilar da identidade e da soberania nacional.

Foi das suas fileiras que surgiu o MFA e os gestos corajosos que fizeram nascer a democracia Portuguesa.

Ao longo destes quarenta e três anos de democracia as nossas Forças Armadas têm sabido prestigiar o Estado e servir os portugueses - e são por isso ainda hoje a instituição em que os portugueses mais confiam.

Obrigado Forças Armadas Portuguesas, obrigado capitães de abril!

E muito obrigado a todas as mulheres e homens que se bateram pela Democracia.

Foi já há 25 anos que nos deixou um grande português, que ajudou como poucos a mudar o nosso fado, no dia 25 de abril de 1974: o Capitão Salgueiro Maia, um verdadeiro herói da democracia!

Esse dia inicial da liberdade começou ao som da “Grândola Vila Morena”. Recordemos pois também, agora que passam 30 anos da sua morte, o trovador da liberdade: José Afonso, tão admirado e cantado pelos jovens de outrora e de hoje, o Zeca para amigos e admiradores - e são tantos os que estão aqui hoje, no Parlamento, e também nas avenidas, ruas e praças deste País a celebrar o dia da liberdade.

Este ano em que fazemos quarenta e três anos de democracia começou com o desaparecimento do nosso querido Mário Soares.

Mário Soares soube unir o País partindo de uma identidade própria: era assumidamente laico, republicano e socialista. Mas sempre fez da tolerância a sua bandeira, na luta pela democracia, pela descolonização e pela Europa.

Puxou pelo que há de melhor na História de Portugal e na energia dos portugueses.

Em certo sentido, o Portugal que hoje somos inscreve-se na tradição de liberdade iniciada há duzentos anos com as primeiras revoltas liberais.

Por isso, e com este propósito de celebrarmos hoje a liberdade, de reafirmarmos *hoje* os nossos valores, vamos comemorar a partir da Assembleia da República o bicentenário do constitucionalismo português.

Essas comemorações, presididas pelo Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, serão uma oportunidade para a produção científica e cultural mas também para a divulgação pedagógica dos valores constitucionais, dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Somos com orgulho o País europeu que há mais tempo aboliu a pena de morte. E estamos também, na Assembleia da República, muito empenhados nesta evocação.

A disponibilização do edifício da Casa Amarela, afeto à Assembleia da República, convoca-nos para a oportunidade de criar ali um Centro Interpretativo sobre o Parlamento, com auditório, espaços interativos e livraria. É um sonho que nos cumpre concretizar. Será a porta principal para a Casa da Democracia.

É uma ideia que hoje lançamos e que, estou certo, tem todas as condições para mobilizar as energias dos deputados, dos funcionários e de toda a família parlamentar, durante um período alargado de tempo.

O triunfo da memória sobre o esquecimento. Como sempre disse o grande Manuel Alegre, é um aspeto decisivo da vitória da Democracia.

Honramos a memória, empenhados no presente e confiantes no futuro.

**Vivemos hoje um novo tempo político.**

**Um novo tempo em que o Parlamento ganhou uma nova centralidade.**

**Não há deputados dispensáveis ou partidos excluídos das soluções de governo.**

**Todos contam para servir Portugal, seja na oposição ou no apoio ao Governo.**

Recentemente, foram publicados os dados do Eurobarómetro, um inquérito semestral que é aplicado em todos os países da União Europeia.

Esse inquérito mostra-nos uma inversão na tendência de desconfiança crescente nas instituições políticas da democracia.

**Há hoje, por exemplo, mais confiança dos portugueses na Assembleia da República.**

**Estou convicto que este novo tempo político tem ajudado a essa revalorização do Parlamento enquanto instância de negociação democrática e de representação dos interesses dos portugueses.**

**Estou certo que o Senhor Presidente da República tem tido também aqui um papel decisivo nesta recuperação da confiança nas instituições da democracia, através da sua magistratura de proximidade; leal, lúcida e afetuosa. E sobretudo, através do seu permanente respeito pela Constituição.**

Mas continuemos a ouvir as pessoas. Os sentimentos de distância face ao poder e o clima de desconfiança ainda revelam níveis preocupantes. E os ataques mal-intencionados ao Parlamento e aos seus membros continuam a ver-se e a ouvir-se.

O 25 de abril representou o fim da ditadura e o princípio do voto universal em Portugal.

Não podemos aceitar que o direito universal ao voto se torne numa formalidade, em que de forma desproporcionada os mais jovens e os mais pobres se interessem menos pela vida política e participem menos nos atos eleitorais.

Temos de pensar seriamente em novas soluções que ajudem a aumentar a influência política e eleitoral das novas gerações, e que contribuam para uma renovação da representação política.

**Enquanto titulares de cargos políticos temos o dever de ouvir e refletir, mas também de dar o exemplo e de prestar contas aos portugueses.**

**Saibamos todos, eu e todos nós, dar o exemplo e estar à altura do mandato dos portugueses.**

**Saibamos todos, eu e todos nós, distinguir aquilo que são as legítimas e desejáveis clivagens democráticas, do que são as responsabilidades que temos perante as regras e o funcionamento das instituições da democracia.**

E falando em prestação de contas, importa dar a conhecer as primeiras propostas do Grupo de Trabalho para o Parlamento Digital que lancei há precisamente um ano.

Num ano, e no âmbito das atividades do Grupo de Trabalho para o Parlamento Digital, foi possível:

- a) Prever a desmaterialização do processo legislativo, nomeadamente no circuito entre o Governo, a Assembleia da República, a Presidência da República e o Tribunal Constitucional;
- b) Preparar a renovação do site da Assembleia da República;
- c) Criar mecanismos que permitem uma maior interação com os cidadãos, como uma plataforma para a submissão de petições;
- d) Simplificar os requisitos para apresentação de iniciativas legislativas de cidadãos ou de referendos;
- e) Criar instrumentos de democracia direta, como a bolsa de perguntas e requerimentos.

Quero aqui felicitar o Senhor Vice-Presidente Jorge Lacão pelo trabalho de coordenação que tem desenvolvido.

E quero saudar o espírito de compromisso democrático que tem pautado a atuação de todos os Grupos Parlamentares neste Grupo de Trabalho que lancei há um ano.

Entretanto, tive oportunidade de falar com o Deputado Fernando Negrão, e posso também testemunhar que os trabalhos da Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas, onde já tiveram lugar inúmeras e valiosas audições, é hoje portador de importantes contributos para melhorar os mecanismos de fiscalização, criando regras claras,

comportamentos de exigência e soluções que correspondam a uma democracia cada vez mais qualificada.

**Olhemos também para os desafios estratégicos de Portugal.**

**A União Europeia e as relações transatlânticas são assuntos absolutamente estratégicos para nós.**

**Ora é precisamente o futuro da União Europeia e das relações transatlânticas que está em jogo neste tempo histórico em que vivemos.**

**Portugal tem feito o seu trabalho na Europa.**

**Contudo, sabemos que o cumprimento das nossas obrigações é condição necessária mas não suficiente para o sucesso dos objetivos nacionais e europeus.**

Veja-se por exemplo a ameaça da extrema-direita, que continua visível em França.

Não basta, a este respeito, falar em populismo. Acho que é um conceito que normaliza o que não é normal em democracia: as derivas autoritárias, os ataques à liberdade de imprensa, o racismo, o fechamento económico e social, o medo da diferença e do pluralismo.

Isto não é nenhum novo populismo. Isto é a velha extrema-direita autoritária, nacionalista e xenófoba!

Às vezes não damos o devido valor àquilo que temos e esquecemos a dimensão daquilo que conseguimos.

Há quem fale de fadiga democrática e de desencanto europeu.

Mas foi a democracia e o projeto europeu que garantiram o desenvolvimento e o mais duradouro período de paz no nosso velho continente.

Recordemos as sábias palavras de um grande europeísta, François Mitterrand: “o nacionalismo é a guerra”.

**Temos de aperfeiçoar a política monetária, temos de encontrar mecanismos em que a dívida não estrangule o crescimento, temos de coordenar a governação económica, temos de harmonizar a fiscalidade, temos de combater o terrorismo e garantir a nossa segurança e defesa, temos de integrar melhor os imigrantes e os refugiados, temos de reforçar as políticas de coesão e emprego; temos de fazer isso tudo, porque sabemos que não podemos ignorar os sinais de insatisfação, e porque sabemos que há na Europa um projeto de paz e desenvolvimento que não podemos dispensar.**

**Temos de continuar o caminho para a igualdade de direitos e oportunidades entre mulheres e homens, o caminho do respeito pelas diferenças, o caminho da consideração pela dignidade dos mais idosos e dos mais jovens.**

**Há, apesar de tudo, sinais de esperança.**

Ao mesmo tempo que definham os que abandonam os seus princípios, ao mesmo tempo que são castigados os que cedem de forma oportunista à extrema-direita, emergem novas forças, com fortes convicções europeias, sociais e ambientais.

Esperemos que a derrota da extrema-direita se confirme e que represente o regresso do espírito fundador europeu e o reforço atualizado do seu modelo social, a que Tony Judt chamou a “banalidade do bem”.

Agora, ainda é tempo de arregaçar as mangas e de revitalizar essa banalidade que pensávamos adquirida.

Estamos perante o maior desafio à estabilidade da Europa desde o fim da guerra fria.

Dos Estados Unidos da América continuam a chegar-nos sinais preocupantes e contraditórios.

**Ao mesmo tempo que fazemos o trabalho que nos compete, temos de estar vigilantes nas nossas famílias políticas europeias e nos fóruns internacionais em defesa da democracia e do Direito Internacional, de uma Europa melhor e de uma globalização mais regulada.**

**Respeitamos os tratados internacionais e os nossos compromissos. Não damos mas também não recebemos lições de ninguém.**

Somos um dos raros Países europeus sem ameaças de extrema-direita.

Embora com naturais divergências quanto ao caminho a seguir, somos exemplo de uma experiência parlamentar da qual tem resultado o compromisso entre acordos internacionais e deveres constitucionais, e a busca por parte de todos nós da conciliação entre avanços sociais, crescimento económico e estabilidade financeira.

Se não há República sem republicanos, também não há Democracia sem democratas empenhados.

Viva a Democracia.

25 de Abril, sempre!

Viva Portugal!